

ATA

**REUNIÃO ORDINÁRIA COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO ENTORNO DA
REPRESA DE TRÊS MARIAS – CBH SF4**

Aos 13 (treze) dias do mês de agosto de 2024 (dois mil e vinte e quatro), às 14h00 (quatorze horas), reuniu-se a Plenária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Entorno da Represa de Três Marias, em Reunião Ordinária, por meio de Videoconferência, através da Plataforma Microsoft Teams. Compareceram os seguintes Conselheiros: **PODER PÚBLICO ESTADUAL: PODER PÚBLICO ESTADUAL: Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM** - Maria de Lourdes Amaral Nascimento, **Secretaria de Estado de Saúde – SES** - Carlos Henrique Ferreira Bispo, **Instituto Estadual de Florestas – IEF** - Stefano Santana Vaz, **Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG** - Jean César Gonçalves da Fonseca, **Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA** – Gilcemar Gonçalves Araújo, **Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – EPAMIG** - Alisson Gonçalves de Meneses. **Suplentes: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD** - Wellerson Santos e Silva. **PODER PÚBLICO MUNICIPAL: Titulares: Município de Pompéu** - Breno Henrique da Silva Ramos - **Município de Três Marias** - Roberto Carlos Rodrigues da Silva, **Município de São Gonçalo do Abaeté** - Ailton Joaquim de Oliveira. **Suplentes: Município de São Gotardo** - Francielly da Silva Mendonça. **Município de São Gonçalo do Abaeté** - Silvia Cristiane Porto, **Município de Felixlândia** - Iara Costa Fernandes. **USUÁRIOS: Titulares: CEMIG Geração e Transmissão S.A.** - Renato Júnio Constâncio, **Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG** - Túlio Pereira de Sá, **Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA** - Daniel de Lima Aguiar, **Federação dos Pescadores e Aquicultores de Minas Gerais – FEPAMG** - Kelton Aparecido Xavier. **SOCIEDADE CIVIL: Titulares: Conselho de Desenvolvimento do Mangabal e Lago de Três Marias – CODEM** - Adriane Aparecida Rodrigues Guedes, **Instituto Ibi Aua - Gente da Terra** - Altino Rodrigues Neto, **Ordem dos Advogados do Brasil – OAB** - Simone de Paiva Silva, **Associação Comunitária do Bairro Residencial Náutico da Cidade de Três Marias – MG** - José Amâncio Ferreira da Silva (procuração), **Associação Comunitária Rural do Bonfim e Adjacências - ASBON RURAL** - Ana Lúcia Fernandes Pereira. **Suplentes: Conselho de Desenvolvimento do Mangabal e Lago de Três Marias – CODEM** - Joel Lisandro, **Associação Comunitária do Mucambinho e Morcego** - Arthur Rodrigues Soares, **Associação Comunitária do Ribeiro Manso** - Cristiane Rocha da Silva Souza, **Associação dos Feirantes de Felixlândia – ASFEF** - Victória Rodrigues Soares. **CONVIDADOS/PARTICIPANTES:** Jeane Sabrina Maia - Gerência de Apoio aos Comitês de Bacias Hidrográficas e Articulação à Gestão Participativa – GECBH, Magali Alves dos Reis – Auxiliar Administrativo do CBH SF4 e Anderson Henrique Pereira. **PAUTA DA REUNIÃO:** 14h00 - Abertura; Item 1 - Chamada e verificação do quórum; Item 2 - Aprovação da Ata da Reunião ordinária do dia 14 de maio de 2024; Item 3 - Informes gerais: • Informes do CBH SF4 - Entorno da Represa de Três Marias; • Informes do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - CBHSF; • Informes do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas - FMCBH; • Informes do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas - FNCBH; Item 4 - Respostas dos encaminhamentos (feitos por meio de Ofício) sobre a denúncia de irregularidade do loteamento “Recanto da Lagoa” em Felixlândia/MG; Item 5 - Apresentação do Plano de Trabalho da CTIL, CTOC e CTPLAN; Item 6 - Apresentação do Parecer da CTIL sobre a solicitação de Inversão de Titularidade da Associação Comunitária do Mucambinho e Morcego; Item 7 - Assuntos Gerais; 17h00 - Encerramento. O Sr. Roberto, Presidente deste Comitê, deu início aos trabalhos saudando e agradecendo a presença de todos. Em seguida, foi realizada a chamada e, havendo quórum suficiente para instalação da reunião, Roberto passa para a aprovação da ata da Reunião Ordinária do dia 14 de maio de 2024. Dispensada a leitura, a ata é aprovada com abstenção do Sr. Renato Júnio Constâncio (CEMIG Geração e Transmissão S.A.) e da Sra. Simone de Paiva Silva (Ordem dos Advogados do Brasil – OAB), pois não estavam presentes na última reunião. Continuando, o Presidente passa aos informes gerais, onde fala brevemente sobre as últimas notícias do CBH SF4. Informa que o Comitê esteve presente no 1º Encontro Regional dos Comitês de Bacias Hidrográficas da Região Sudeste (ERCOB – SE), que aconteceu em Belo Horizonte/MG, entre 8 e 10 de julho, e que contou com a presença dele (Roberto

Carlos), Altino, Adriane e Arthur. Roberto gostou bastante do encontro e considera muito importante a participação dos comitês nesses eventos. Outro informe para o SF4 é que, de acordo com o Decreto nº 48869 que institui o Fórum Mineiro, foram indicados para representar o CBH SF4 Roberto Carlos Rodrigues da Silva como titular e Altino Rodrigues Neto como suplente. Para os informes do FNCBH, Roberto passa a palavra novamente a Altino, que agradece a indicação e expõe sua posição sobre o decreto FMCBH. Ele considera equivocada a forma como o decreto foi construído para a representação dos comitês. Embora o fórum passe a ser uma nova instância, a prerrogativa deliberativa do comitê de escolher seus representantes em qualquer instância está sendo retirada, uma vez que os indicados agora devem ser membros da diretoria. O decreto estipula que o presidente é o titular e que outro representante deve ser escolhido dentro da diretoria como suplente. Temos vários conselheiros extremamente capazes que poderiam desempenhar esta função. Isso representa uma ingerência do Estado, tutelando novamente os comitês e não resguardando seus direitos. Para os informes do CBHSF, ele informa que as tratativas continuam na linha da articulação. Temos passado por momentos muito difíceis, tentando prestar contas sobre a política e incorporar políticas públicas dentro do nosso plano diretor, com articulações em Brasília. Levamos esse tema em uma reunião recente, junto com o Departamento de Regulação e Fiscalização da Agência Nacional de Águas (ANA), com uma grande preocupação em relação à inadimplência. Algumas estratégias foram elaboradas, alguns pontos colocados, e agora se busca uma saída legal para combater essa inadimplência. Para além disso, é a busca contínua do Comitê São Francisco em fazer parte do Comitê de Contas da ELETROBRÁS. No momento, Altino no momento está em Juazeiro/BA, na Escola Superior do Ministério Público, onde está acontecendo uma capacitação com todos os promotores da Bacia a nível estadual e federal. Estamos discutindo sobre 350 milhões de reais por ano que não vêm para o comitê; não temos acesso, mesmo com todas as propostas e um plano diretor robusto, não conseguimos ter acesso a esse dinheiro. Entretanto, liberaram 50 milhões de reais para fazer estudos para cinco novas barragens no Rio São Francisco. Talvez esteja faltando um pouco mais de apoio dos nossos parceiros a nível local, politicamente, para que possamos inserir nossas demandas. Ainda no CBHSF, temos o PPA (Programa Produtor de Água), que tem avançado bastante, uma vez que a escassez de água é um dos maiores desafios enfrentados em todo o mundo. Agora, para o final do ano, começam as tratativas derradeiras para lançar oficialmente o PPA na bacia do Rio São Francisco. No nosso plano orçamentário para 2025, vamos ter recursos destinados às quatro regiões fisiográficas, e, obviamente, os comitês serão a porta de entrada. Ou seja, se tivermos programas de PPA e PSA (Pagamento por Serviços Ambientais) em vários territórios, temos que utilizá-los. Outro informativo sobre o CBHSF é que, agora, no mês de agosto, devemos iniciar nosso plano de educação ambiental, buscando construir novas parcerias para implementarmos efetivamente o plano de educação ambiental na bacia. Maria de Lourdes pede a palavra e informa que o IGAM fez hoje a convocação dos representantes indicados dos CBHs para o dia 23 de agosto de 2024, para posse e instalação do FMCBH. Dando continuidade à pauta, passa-se para o Item 4, que trata das respostas dos encaminhamentos (feitos por meio de ofício) sobre a denúncia de irregularidade do loteamento “Recanto da Lagoa” em Felixlândia/MG. Para contextualizar, Roberto relembra que foram encaminhados ofícios no dia 28/05 para as seguintes instituições: CBHSF, MPMG, Prefeitura de Felixlândia, IBAMA, SEMAD, MPF, Polícia de Meio Ambiente, Secretaria da União e, no dia 07/07, para a CEMIG. Recebemos respostas das seguintes instituições: MPMG (14/06), Prefeitura de Felixlândia (03/07), IBAMA (28/05), Secretaria da União (14/06) e CEMIG (17/07). Após ler a resposta de cada instituição, passa a palavra ao Sargento Jean, que afirma que houve fiscalização in loco da Polícia Militar do Meio Ambiente e não constataram ligação com loteamento. Ele informa que recebeu o ofício do Comitê em maio, mas já haviam recebido essa mesma denúncia anteriormente, no dia 5 de abril. Ele relata que se deslocaram até o local, realizaram a intimação ao proprietário, Sr. Diego Pinheiro Duarte, e ele compareceu à sede da PPMamb no dia 10 de abril, esclarecendo que comprou o terreno juntamente com outros seis familiares e não irão implantar loteamento. Foram abertas três ruas e, segundo ele, cada familiar irá tomar conta da sua parte. Não constataram desmatamento, uma vez que a área é de pastagem e foi aberto apenas capim. Orientamos ele quanto ao licenciamento e procedimentos no caso de loteamento, e ele garantiu que não será loteamento, mas um condomínio fechado para os familiares. Após receberem o ofício do Comitê, retornaram ao local e encontraram as mesmas três ruas abertas, sem piquetes para lotes menores, nem outras ruas, e não constataram faixas e placas de vendas. Sr. Anderson pede a palavra e agradece ao Comitê pelo apoio e atenção, e segue aguardando as outras respostas. Seguindo, o Sr. Roberto passa para o Item 5 - Apresentação do Plano de Trabalho da CTIL, CTOC e CTPLAN. Roberto informa aos presentes que todas as Câmaras Técnicas conseguiram se reunir com a diretoria na última semana, elaboraram seus planos de trabalho e agora poderão atuar conforme o que foi traçado. Todas as pautas

cabíveis passarão primeiro pelas Câmaras Técnicas, que elaborarão seus pareceres e os apresentarão nas plenárias, prontos para discussão. Na sequência, os planos apresentados são: Câmara Técnica Institucional Legal, Câmara Técnica de Outorga e Cobrança e Câmara Técnica de Planejamento. Altino pede a palavra e parabeniza todos os membros das Câmaras Técnicas que se dedicaram e fizeram um bom trabalho. Foi uma boa entrega e boas propostas. Não havendo dúvidas e nenhuma outra contribuição, o Presidente passa para o Item 6 - Apresentação do Parecer da CTIL sobre a solicitação de inversão de titularidade da Associação Comunitária do Mucambinho e Morcego. Roberto informa que o assunto já foi discutido outras vezes na plenária e agora chegou a um desfecho. Após a leitura do ofício da Associação Comunitária do Mucambinho e Morcego, que solicita a inversão de titularidade, Roberto lê o parecer da CTIL sobre a situação, que delibera que deve ser enviado à OAB – Ordem dos Advogados do Brasil – um comunicado sobre a instauração do processo de inversão, emitido pela diretoria do Comitê, com prazo de manifestação de 15 dias. Na sequência, Roberto lê o ofício encaminhado pela diretoria do SF4 à OAB e, por fim, o ofício de resposta da OAB, recebido pelo comitê no dia 12 de agosto, que concorda com a inversão de titularidade e assume de imediato a suplência. A Associação Comunitária do Mucambinho e Morcego fica como titular e a Ordem dos Advogados – OAB – com a suplência. Maria de Lourdes pede a palavra e, para conhecimento de todos, informa que, em questões de inversões de cadeira, não havendo prejuízo nas presenças, as duas instituições poderiam, de forma menos burocrática, ter conversado e chegado a um acordo, sem a necessidade de discussão e deliberação da plenária nem parecer da CTIL. Informa ainda que, para a efetivação da inversão, o IGAM (gecbh) deve receber um ofício das duas instituições concordando com a troca. E que o pleito solicitado foi atendido. Seguindo a pauta, em assuntos gerais, Roberto fala da denúncia de mau cheiro no Rio São Francisco, para a qual o Comitê recebeu uma resposta do Semad, solicitando as coordenadas geográficas onde se tem notado o referido problema. Na sequência, solicita ao Conselheiro Ailton Joaquim que envie essas informações ao Comitê. Em seguida, fala sobre a desincompatibilização de conselheiros nessa época de eleição. O Sr. Makoto Edison Sekita (Associação dos Irrigantes do Alto Paranaíba) que foi substituído por Célio Yoshiyuki Tamekuni e o Sr. Wellington Ferreira da Silva (Município de Felixlândia) que ainda não foi substituído. Na sequência, o Sr. Altino Rodrigues (Instituto Ibi Auá) informa que tanto Makoto quanto Wellington se afastaram desnecessariamente, pois não há necessidade de membros da bacia se afastarem por questões políticas. Quanto à cadeira de Felixlândia, deve-se comunicar ao suplente sobre a vaga de titularidade, para que não haja falta na próxima reunião. Continuando, o Presidente passa a palavra ao Sr. Alisson Gonçalves de Menezes (EPAMIG), coordenador da FEPPSHOW, para que fale um pouco sobre o evento que acontecerá nos dias 13 e 14 de setembro. Maria de Lourdes (IGAM) pede a palavra e informa a todos sobre o curso de Outorga, que está com inscrições abertas no site do Trilhas do Saber. Altino (Instituto Ibi Auá) pede a palavra e direciona um questionamento à Conselheira Maria de Lourdes (IGAM). Ele afirma que o plano de trabalho da CTPLAN - SF4 apresentou uma proposta bem arrojada e consistente sobre o que temos hoje, o que podemos fazer, e o próximo desafio que temos é avançar em relação à cobrança. Sabemos que ainda existe uma falta de conhecimento por parte de alguns usuários; muitos hoje não pagam, não têm outorga por desconhecimento, e é importante essa regularização, pois sabemos que é um grande limitador no País inteiro. Dentro da proposta da CTPLAN, você vê algum recurso que poderíamos utilizar agora para que o comitê possa se mobilizar e levar essa campanha para o alto da bacia? Talvez com campanhas em rádios locais, ou parcerias com sindicatos, parcerias em torno da bacia, para mostrarmos a importância de regularizar, a importância de realizar o cadastro e para onde vai o dinheiro do recurso. Se olharmos hoje com base na DAURH (Declaração Anual de Uso de Recursos Hídricos) e nas outorgas que foram liberadas, perceberemos que ainda temos um universo muito distante da realidade. Vemos um “gap” muito grande entre o que está outorgado e o que está sendo captado, e queremos muito avançar nessa linha para tornar isso uma realidade, melhorar nossa capacidade de arrecadação e, conseqüentemente, de execução. Outro ponto é que, dentro do nosso Enquadramento, está prevista a criação de uma Unidade de Conservação no último trecho do Rio Abaeté. Se não me engano, esse território pertence ao Município de São Gonçalo do Abaeté, sendo uma área muito importante e de extrema relevância para a ictiofauna. *(refere-se à fauna de peixes, ou seja, as espécies de peixes que habitam uma determinada região ou ecossistema.* Seria possível termos o aporte do IGAM ou do SISEMA para que a Prefeitura de São Gonçalo do Abaeté possa começar o estudo, buscar parcerias e estabelecer esta Unidade de Conservação, trazendo benefícios ambientais e sociais, além de recursos para o município, que passaria a ser elegível para o ICMS Ecológico? Há alguma maneira de contarmos com recursos que temos hoje ou programas correlacionados a essas ações por parte da Secretaria de Meio Ambiente? Na sequência, Maria de Lourdes (IGAM) responde que, com relação à questão de

mobilização/sensibilização dos usuários, o comitê teria que fazer um escopo de projeto para avaliarmos o que será necessário, como diárias para visitas, palestrantes, etc. Seria necessário pontuar essas necessidades, porque o Comitê tem recursos do PROCOMITÊS (Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas). Se for necessária alguma aquisição, é um pouco mais burocrática, sendo necessário um processo licitatório. E quanto à Unidade de Conservação, é necessário verificar com o IEF (Instituto Estadual de Florestas) se há algum incentivo, as etapas e o funcionamento. O Sr. Stefano (IEF) pede a palavra e informa que é necessário se informar sobre os trâmites para a criação de uma Unidade de Conservação. Ele irá verificar na Regional e dar o retorno ao Comitê. Dando sequência, Roberto informa que foi convocado pelo MPF para uma reunião com a CODEVASF na semana passada, e o tema foi a pesca esportiva de mergulho no Lago de Três Marias e no Rio São Francisco, esporte esse que perdeu o controle. Dessa reunião, foi tirado o seguinte encaminhamento: estamos buscando uma agenda com a Secretária Estadual de Meio Ambiente - Marília Carvalho de Melo, para vermos o que pode ser feito do ponto de vista da fiscalização. Um dos problemas é que a CODEVASF, enquanto empresa de pesquisa da ictiofauna do Rio São Francisco em Três Marias, não está conseguindo matrizes de determinadas espécies, como por exemplo o Pirá, o Pacamã, o Surubim, entre outros, para desenvolver a pesquisa no instituto. Portanto, foi levantada essa demanda e agora estamos com esse desafio, para a ciência de todos. Caso queiram participar das reuniões, é só avisar com antecedência. Altino pede a palavra e informa que recentemente foi convocado para participar de uma audiência pública na Assembleia Legislativa a respeito dos painéis fotovoltaicos na represa de Três Marias. Oportunamente, o Comitê São Francisco apresentou um estudo técnico desenvolvido pela consultoria contratada pelo CBHSF, mostrando os vários impactos que seriam causados com a implantação dessa usina fotovoltaica. A Cemig, nessa ocasião, ficou de rever a posição dela com relação a todo o projeto, mas ainda não tivemos um retorno. O Sr. Renato (CEMIG) informa que o projeto foi protelado para a realização de novos estudos e adequações, e que não tem mais informações, pois não faz parte da gerência que faz esse tipo de projeto. Finalizando, o Sr. Roberto agradece a todos os presentes pelo apoio e participação. Não havendo mais nada a tratar, encerra o encontro e, para constar, será lavrada a ata e assinada por todos que se fizeram presentes.

Altino Rodrigues Neto
Secretário

Roberto Carlos Rodrigues da Silva
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Carlos Rodrigues da Silva, Presidente(a)**, em 14/11/2024, às 09:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **101677523** e o código CRC **40FB501F**.

Referência: Processo nº 2240.01.0000971/2024-78

SEI nº 101677523